

Discurso de posse na Presidência do Superior Tribunal de Justiça

Ministro Cesar Asfor Rocha
Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Todos reconhecemos que a Carta Magna de 1988, que agora está a completar vinte anos, ampliou, como há tempos se devia ao Povo brasileiro, os canais de acesso à Justiça, secundada por necessárias leis ordinárias que cuidaram, com visível sucesso, de dinamizar essa notável macromudança do aparato judiciário.

E a ambiência democrática dela decorrente despertou, até no homem comum, a consciência para os direitos da cidadania, encorajando-o a deduzir os seus pleitos perante a Justiça, único estuário que o Estado de direito reserva à solução dos conflitos.

Nada obstante esse inegável avanço, a conclusão dos processos e a efetividade das suas decisões continuam sendo uma espécie de incógnita do tempo, um evento cercado de incertezas, envolto numa densa atmosfera de expectativas sempre adiadas.

Ainda navegamos em torvelinhos processuais, ainda somos tragados pela insídia de armadilhas recursais, em que a astúcia e muitas vezes a chicana obtêm proveitos capitosos.

Ampliamos o acesso à Justiça, mas pouco fizemos para alargar a sua saída. Sabemos quando a demanda começa, todavia não sabemos quando o processo termina.

Ficamos perplexos nesse impiedoso labirinto processual, sem nenhum fio de Ariadne que nos guie pelos seus meandros caprichosos, cheios de surpresas e de sustos, que levam a Justiça ao estado de mora permanente em relação à prestação jurisdicional, que se quer cada vez mais célere.

Essa é uma angústia cotidiana, experimentada pelos Magistrados, pelos Advogados e pelos litigantes de todas as classes sociais: o demandante de bolsa mais larga e, com muito maior razão, o desafortunado ou infeliz, despossuído das coisas e espoliado das suas esperanças.

Todos temos a responsabilidade de criar caminhos para que a conclusão das lides se alcance dentro de um horizonte temporal curto, que enseje ao exitoso colher pessoalmente os frutos da sua vitória.

Mas é claro que a reformulação da estrutura normativa, como a implantação definitiva e prestigiada da defensoria pública, sendo evidentemente necessária, não é suficiente para realizar a grande e elevada tarefa de tornar reais as nossas esperanças.

O Poeta Carlos Drummond observou, com razão, portanto, que as leis não bastam, pois os lírios não brotam das leis. Daí ser imperioso também que todos os Juízes e Juízas brasileiros, classificados dentre os melhores do mundo, não permitamos nunca que as nossas mentes absorvam raciocínios abstratos, olímpicamente indiferentes à sorte das pessoas. O processo tem de ser visto logo como algo capaz de veicular soluções objetivas e rápidas.

Jamais nos esqueçamos de que, em cada processo judicial, salvo o motivado por um capricho tenebroso, julgamos um capítulo ou toda uma vida, uma liberdade suprimida, um pouco de um patrimônio ou todo um patrimônio, a reparação de uma honra esmagada, uma esperança em busca de justiça.

Em cada processo hospeda-se uma vida!

Na análise de outra vertente de atuação do Poder Judiciário, não se deve nunca esquecer que a violência estatal é uma ferida que não cicatriza na alma de quem a sofreu.

Tremem as mãos e apertam-se os olhos dos que tiveram de amargar violências inopinadas, entranhando em si a monstruosidade de um silêncio dolorido, uma resignação fantástica que recusa a refulgente compaixão de quem, podendo evitar, não o faz; podendo condenar, cala; devendo estigmatizar, abrandar; sabendo exorcizar, tolera.

Na área penal, é preciso ter sempre em mente que não é valoroso o Juiz que se acomoda, o que hospeda na sua alma luz alheia e deixa de refletir a luz da lua ou de fazer brilhar a sua própria luz interior.

O Juiz deve ter o valor de enfrentar o desequilíbrio que desgoverna o processo e saber que proteger os direitos subjetivos dos acusados nem de longe pode significar transigência com o ilícito, tolerância com a infração ou benevolência com o infrator.

Que em cada Juiz more um homem!

É preciso saber que a inocência das pessoas é pressuposto sagrado, que a boa fama de muitos homens é freqüentemente o seu único patrimônio, que a verdade não aparece pelo castigo, nem se faz justiça alimentando impulsos egoísticos ou afagando expectativas de vinditas que podem até ter explicação psicológica, mas não jurídica.

COLEGAS MAGISTRADOS!

Conheço-os muito bem, como poucos os conhecem, em razão de ter exercido várias funções estratégicas no Judiciário nacional: Coordenador-Geral e Vice-Presidente do Conselho da Justiça Federal, Diretor do Centro de Estudos Judiciários desse Conselho e Presidente da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais; Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e Corregedor-Geral Eleitoral; membro do Conselho Nacional de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça; e Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, dentre outras.

Nesses anos todos, visitei, pessoalmente, várias vezes, e por motivações distintas, os Tribunais estaduais, os Regionais Federais e os Eleitorais brasileiros; conheço as peculiaridades de cada um deles. Este ano o Superior Tribunal de Justiça deverá julgar mais de trezentos e sessenta mil processos. No primeiro grau da Justiça dos estados, somente em junho, estavam em andamento cerca de quarenta e três milhões de processos, tendo sido propostos um milhão e duzentas mil novas ações e arquivados, definitivamente, cerca de um milhão e trezentos mil processos.

Quanto mais conheço a Magistratura brasileira, mais tenho orgulho dela, que é, mais do que na sua grande maioria, se não na sua quase totalidade, composta por homens e mulheres notáveis, de veneráveis virtudes.

Sou um seu entusiasmado defensor. E o era até quando, mesmo sem ter vocação para algoz, via-me instado a punir algum Colega, na condição de Corregedor, espinhoso cargo no qual são acumuladas inimizades permanentes e amizades passageiras.

Agora, na Presidência deste Tribunal, que congrega todos os Juízes Federais e estaduais brasileiros e que nunca teve postura contemplativa nem tem pendor para a omissão - a nossa história registra isso -, continuarei com os olhos abertos e o espírito atento para, nos limites da nossa competência jurisdicional, corrigir desvios de conduta de algum Juiz que possa eventualmente abalar o juramento que fazemos quando assumimos a Magistratura.

Para tanto, sei que conto, como sempre contei, com a adesão de todos os Magistrados sérios do País.

Admiro, nos Juízes e nas Juízas mais jovens, a ousadia intelectual, indispensável à necessária renovação do entendimento judicial, pois sem ela essa percepção não se atualiza e tende, com o passar do tempo, a ignorar a presença do futuro, a expressar apenas as concepções urdidadas para contextos pretéritos, onde tiveram, sem dúvida, a sua eficácia reconhecida.

Devemos, por outro lado, assinalar o grande préstimo dos precedentes judiciais e lembrar que a sua força provém da sua autoridade.

A jurisprudência não serve apenas ao grande propósito de dar unidade e coerência ao sistema jurídico. Também torna minimamente previsíveis os resultados das pugnas, ao estabelecer marcos de segurança e permitir a cada indivíduo planejar com tranqüilidade o seu futuro pessoal e projetar os seus investimentos produtivos em ambiente tranqüilo. A surpresa não pode ser um elemento constante e as soluções da Justiça não podem ostentar a aleatoriedade de um jogo.

Nunca devemos perder de vista o fato de que a estrutura do Judiciário é um sistema coeso, cujas partes se regem pelo mesmo ritmo. A sua voz é a voz do Supremo Tribunal Federal. A unidade da Magistratura tem na reverência às posturas da Corte Suprema e dos Tribunais Superiores o seu ponto de apoio seguro e certo, devendo ser eliminadas as sugestões que aconselhem o dissenso ou recomendem o confronto e o desafio. O que se deve buscar é a harmonia, banindo as discórdias; o que se deve mesmo é semear o entendimento, erradicar a cizânia, adotar o princípio da soma.

Para se chegar a esse nível de harmonia no Poder Judiciário, não é necessário eliminar o debate. Este deve ser aceso e franco, máxime dentro das nossas organizações classistas, de cujo equilibrado senso se espera a colaboração mais criativa e a cooperação mais legítima, depositárias que são de experiências valiosas e conhecimentos estratégicos de superior importância.

COLEGAS DA AMB, DA AJUFE E DA ANAMATRA!

Creio que a Magistratura brasileira deve voltar a ser vista precipuamente como uma carreira de Estado, organizada em níveis sucessivos crescentes. Em proveito da jurisdição e do interesse público mais relevante, deve ser valorizado, de modo singular e pessoal, o tempo de serviço de cada integrante do Poder Judiciário, pois o tempo, como dizia o sábio Machado de Assis (Quincas Borba), é como escultor vagaroso, não acaba logo e vai polindo a sua obra ao passar dos longos dias.

EMINENTES ADVOGADOS!

Já fui um dos Senhores. Fui militante da Advocacia e da Ordem dos Advogados; conheço as suas angústias, porque as sofri. Advoguei por vinte e dois anos, até chegar ao Superior Tribunal de Justiça representando essa nobre classe.

Desde a minha posse, há mais de dezesseis anos, todo mês compareço ao Conselho Federal da Ordem, oportunidade em que converso com os sábios e eminentes Conselheiros. Sempre defendi os direitos da Advocacia, por conhecer a sua importância e a necessidade do seu fortalecimento em prol do Estado democrático de direito.

Para tanto, tenho por intocáveis a autonomia e a liberdade profissionais do Advogado. A sanção da lei que assegura a inviolabilidade do seu local de trabalho é uma vitória da cidadania e da democracia.

Também merece aprovação o projeto de lei que torna crime a violação das prerrogativas do Advogado, que existem para assegurar ao cidadão a defesa livre e autônoma, tudo a dar efetividade ao art. 133 da Constituição Federal, que reconhece ser essa valorosa profissão essencial à administração da justiça.

Por isso é que esta Corte deseja e espera que a Ordem dos Advogados do Brasil cultive o espírito de colaboração e harmonia, de modo a se construir, com a participação de todos e a compreensão institucional mais elevada, uma convivência produtiva, respeitosa e respeitável.

EMINENTES MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO!

Guardo admiração e respeito por essa instituição, a que a Carta de 1988 atribuiu a ampliada função de vigilância dos padrões democráticos do País, pela via da atuação judicial, a fim de preservar as rotas da cidadania em prol de todos, sem quaisquer vieses particulares, exercendo iniciativas de rara eficácia para atingir objetivos da maior relevância.

O Superior Tribunal de Justiça sempre recebeu com respeito as suas manifestações, muitas vezes utilizadas como orientadoras dos nossos julgamentos.

CARAS SERVIDORAS E SERVIDORES DO STJ!

Todos os nossos desempenhos, todas as nossas ações são dependentes da esmerada qualificação dos Servidores da Justiça neste Tribunal e em outras instâncias. Do seu eficiente e criterioso trabalho profissional, que muitas vezes a contabilidade dos feitos não registra, resulta a própria eficácia das decisões judiciais.

Aos Senhores darei a merecida atenção tanto no que concerne à modernização dos métodos de trabalho quanto no que se refere às condições de crescimento pessoal e humano, dentro da instituição a que servem com inegável e indispensável dedicação.

CARÍSSIMO AMIGO MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS!

Reservou-me o caprichoso destino suceder nesta Presidência a um dos meus mais caros e mais fraternos colegas, a quem estou ligado por longa amizade, estabilizada no tempo, e pela convivência diária, em projetos que juntos desenvolvemos e unindo forças realizamos.

Ambos viemos da advocacia.

Vossa Excelência terá sempre um lugar especial não somente nesta Casa, que é sua, mas também na estima dos Advogados e dos Juízes do Brasil, posição que granjeou pela afabilidade, pela eficiência e pela invariável probidade.

EMINENTES MINISTROS MEUS COLEGAS DO STJ!

Na condução do Tribunal da Cidadania, sei que poderei contar com o conselho sábio de todos os meus queridos Colegas - os de ontem e os atuais -, sobretudo dos mais experientes, dos mais ponderados, dos mais moderados, por isso mesmo os mais ouvidos.

Somos múltiplos em uma só unidade e unos na nossa multiplicidade sedutora de nascenças e vivências diferenciadas - de credos, de regiões, de anteriores profissões. Talvez nisso esteja a maior grandeza deste Tribunal.

Temos todos a grande sorte de contar, na Vice-Presidência da Corte, com a experiência e a lucidez de um dos mais brilhantes Magistrados do País, o eminente Ministro Ari Pargendler, de invulgar capacidade de trabalho, de exemplar dedicação ao estudo dos casos, comprometido com a Justiça e com o Tribunal, revelando uma devoção seguramente ímpar.

Além da amizade invariável, da probidade absoluta e da fidelidade pessoal a toda prova, Ari Pargendler sobressai por ser um Julgador que sabe encontrar o diferencial das coisas, o indefinível plus que nem todos conseguem enxergar.

EXCELÊNCIAS!

Quero dar o máximo realce e o devido destaque à convivência harmônica e independente dos Poderes da República. A presença aqui dos seus principais dignitários é penhor da sua continuidade e fortalecimento, expressão inconfundível do nosso recíproco apreço pessoal e institucional.

Sinto-me cativo da imensa gentileza da presença de tantas e tão altas autoridades.

Primeiramente, o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que conhece, como ninguém, a alma e o coração dos brasileiros, por ser oriundo do estrato social reconhecidamente mais carente e por ter vivenciado, em si mesmo e na sua família, as mais duras agruras da inclemência da seca nordestina e as privações que a

migração forçada acarreta.

Tendo, porém, enfrentado essas adversidades, Vossa Excelência não apenas as superou e venceu, mas também delas soube extrair as motivações que levam Vossa Excelência a implementar grandes realizações na condução do País, sem dar espaço, na sua alma, a rancores ou ressentimentos.

Agradeço a honrosa presença de D. Marisa, aqui recebida como uma estimulante homenagem às mulheres que integram este Tribunal, bem como à sensibilidade que esta Corte tem tido quando julga as causas que particularmente alcançam as mulheres brasileiras.

Agradeço a presença enobrecedora do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o eminente Ministro Gilmar Mendes, a quem, em nome desta Casa, manifesto total e irrestrita solidariedade em razão de fatos que são públicos e que, lamentavelmente, projetam sobre todos nós uma sombra de preocupação e desconfiança. Nunca é demais repetir que o Estado democrático de direito pressupõe as instituições trabalhando independentes, com liberdade e harmonia, na defesa dos interesses da sociedade. Nada, absolutamente nada, pode quebrar esse princípio, sob pena de retrocedermos e enveredarmos por caminhos obscuros. E nada, absolutamente nada, deve-se sobrepor às prontas intervenções para impedir que práticas ilegais de escutas telefônicas clandestinas ponham em risco o equilíbrio institucional. Na figura do Presidente Gilmar Mendes, vejo o Judiciário sempre pronto a assegurar os direitos, as liberdades e as garantias de cada cidadão e cidadã deste País. Mais fácil e cômodo seria o ilustre Presidente ceder à tentação de agradar a maioria, afagar as vaidades, cortejar a popularidade, mas isso seria desertar da sua consciência e dos seus deveres. Siga, portanto, Senhor Presidente Gilmar Mendes, a sua missão de coração aberto.

Agradeço a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, o nobre Deputado Arlindo Chinaglia, e do ilustre Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, experientes homens públicos e experimentados condutores das sempre delicadas deliberações das Casas do Parlamento, atividade que exige exímio trato com as divergências e peculiar atenção ao interesse público, conciliado que sempre deve ser com as naturais reivindicações de fundo ideológico.

Honra-me a presença destacada dos eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal; dos ex-Presidentes da República; dos Ministros e Presidentes de todos os Tribunais Superiores; dos integrantes do Corpo Diplomático; dos Ministros de Estado; dos Senadores, Deputados Federais e Estaduais e Vereadores; dos Governadores e Prefeitos; das autoridades religiosas e militares; dos Magistrados; dos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e dos presidentes das suas associações e das instituições a eles vinculadas; dos Advogados; dos Reitores e Professores; dos Servidores; dos meus conterrâneos cearenses; dos meus amigos; dos profissionais da imprensa, que, com olhos de lince, descobrem os mais incontidos segredos e, com postura analítica, criticam e orientam, denunciam e exaltam, a quem este Tribunal sempre assegurou a mais ampla liberdade de expressão, sem o que a democracia não se sustenta, e os valores republicanos se apagam.

Sou grato, imensamente grato, ao douto Ministro Fernando Gonçalves, ao Dr. Antonio Fernando, digno Procurador-Geral da República, e ao Dr. Cezar Britto, honrado Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - caríssimos amigos de tantos anos, que disseram a meu respeito palavras tão generosas e excessivas,

desproporcionais aos meus poucos méritos, se alguns os possa ter.

AMADOS FAMILIARES!

Encontro, na minha família, os pontos cardeais da minha vida: a presença constante do espírito do meu pai, Alcimor, a me guiar e advertir, pois os mortos são uns invisíveis, e não uns ausentes, como dizia Victor Hugo.

O desvelo da minha mãe, Sírria, a me banhar de afetuosas atenções, de cujas orações diárias é tecido o manto que me protege.

Tenho as minhas mais fortes motivações existenciais nos meus filhos, Juliana e Caio, e nos filhos que o destino me deu, Tércius e Ana Amélia; nos netos, Luana, Stela, Isadora, Jaime e João, por cujos olhos verei as luzes do futuro; e nos meus genros e noras, Jorge, Marcelo, Tatiana e Marcela.

Trago em mim a inspiração da terra e do indômito povo do Nordeste; porto na minha alma as vibrações do Ceará, a terra do sol e do amor, a terra da luz, como justamente a celebra o nosso hino, por isso sou carregado de confiança e não me desalento diante dos desafios.

Lanço-me agora a uma grande tarefa. Sei que não me faltará a permanente, cativante e sempre verde companhia da minha mulher, Magda, que semeia nas minhas reflexões a sutileza e a brandura da meiguice feminina, alumando-me o caminho com o secreto lampião da sua luz. Isso é em mim a minha riqueza interior, a palavra que não preciso inventar.

Finalmente, peço a Deus que me faça chegar ao final da minha jornada na Presidência desta Corte com o direito de olhar nos olhos de todos aqueles que, hoje, aqui presentes, dignificam esta solenidade.